



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

Ata da 143ª Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.
Data: 08 de Outubro de 2019, às 13h30min.
Local: Auditório da Supram Norte de Minas - Rua Gabriel Passos, 50 - Centro -
Montes Claros/MG.

1 Aos 08 de outubro de 2019, às 13h30min, reuniu-se a URC – Unidade Regional Colegiada
2 do Norte de Minas, no Auditório da Supram Norte de Minas - Rua Gabriel Passos, 50,
3 Centro, Montes Claros/MG Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e
4 Suplentes: como Presidente: Mário Lúcio dos Santos- indicado formalmente pelo
5 Presidente; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE: Titular: Benigno
6 Antônio Oliva Santos; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de
7 Minas Gerais - EMATER: Titular: Ricardo Peres Demicheli; Instituto de Desenvolvimento
8 do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE: Titular: Márcia Genoveva Rafael Versiani;
9 Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA: 1º Suplente: Genilson Ferreira da Silna;
10 Ministério Público de Minas Gerais -MPMG: Titular: Daniel Piovanelli Ardisson; Polícia
11 Militar de Minas Gerais PMMG: Titular: CAP PM Erick Madureira Alves; Prefeitura
12 Municipal situada na área de abrangência da URC; 2º Suplente: Keila Cristina Novais
13 Porto; Comitê de Bacia hidrográfica - CBH constituído e em operação, situado
14 majoritariamente na área de abrangência da URC/NM, oriundo do segmento do setor
15 público: 1º Suplente: Willian César Ireno; Federação das Indústrias do Estado de Minas
16 Gerais - FIEMG: 2ª Suplente: Laila Tupinambá Mota; Federação da Agricultura do Estado
17 de Minas Gerais – FAEMG: Titular: Juvenal Mendes Oliveira; Federação dos
18 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG: Titular: Lindon
19 Batista Neves; Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
20 Serviço do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS: Titular: João Paculdino Ferreira;
21 Representantes de não-governamentais com mandatos vigentes em Conselhos Municipais
22 de Meio Ambiente - CODEMA: Titular: Sóter Magno Carmo - CODEMA de Montes
23 Claros; Representante de entidade ambientalista legalmente constituída no Estado para
24 proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, assim cadastrada no Cadastro Estadual
25 de Entidades Ambientalistas - CEES - nos termos da Resolução SEMAD nº 1573, de 26 de
26 abril de 2012: 1º Suplente: João Alves do Carmo - Instituto Tabuas; Representante de
27 entidade socioambiental legalmente constituída no Estado para proteção, conservação e
28 melhoria do meio ambiente, assim cadastrada no Cadastro Estadual de Entidades
29 Ambientalistas - CEES - nos termos da Resolução SEMAD nº 1573, de 26 de abril de
30 2012: 1º Suplente: Ramon Risério Dourado Leite - IGS; Representante de entidades
31 reconhecidamente ligadas ao ensino, pesquisa ou desenvolvimento tecnológico ou



32 científico na Área do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida: 1º Suplente:
33 Virgílio Mesquita Gomes- UNIMONTES; Representantes de entidades civis
34 representativas de categorias de profissionais liberais ligadas à proteção do meio ambiente e
35 da melhoria da qualidade de vida: 2º Suplente: Melquíades Ferreira de Oliveira -
36 CREA/MG. Estiveram também presentes Clésio Cândido Amaral, Superintendente da
37 SUPRAM NM, e Técnicos da SUPRAM NM.

38 **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro**

39 O **Presidente** convida os presentes para participarem da 143ª Reunião Ordinária da
40 Unidade Regional Colegiada do Norte de Minas , do Conselho Estadual de Política
41 Estadual – COPAM, iniciando-se a reunião com execução do Hino Nacional.

42 **2. Abertura pelo Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**
43 **Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Norte de Minas Dr. Hidelbrando**
44 **Canabrava Rodrigues Neto.**

45 O **Presidente** faz leitura do memorando 212/2019 da SEMAD/Gabinete COPAM com sua
46 indicação para presidir esta reunião. “Belo Horizonte, 07 de outubro de 2019. Conselheiros
47 da Unidade Regional Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental -
48 COPAM - Assunto: Presidência da 143ª Reunião Ordinária da URC Norte de Minas do
49 Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, a ser realizada no dia 08 de outubro
50 de 2019. Senhores Conselheiros, diante da impossibilidade de comparecimento do titular e
51 primeiro suplente, representantes da SEMAD junto à Unidade Regional Colegiada do Norte
52 de Minas – URC Norte de Minas – do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
53 conforme composição estabelecida pela Deliberação COPAM nº1000 de 16/12//2016,
54 indico o Sr. Mário Lúcio dos Santos, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
55 Desenvolvimento Sustentável, para presidir a 143ª Reunião Ordinária da Unidade Regional
56 Colegiada Norte de Minas do COPAM, que será realizada no dia 08 de outubro de 2019, às
57 13h30min no município de Montes Claros, Minas Gerais. Atenciosamente. Hidelbrando
58 Canabrava Rodrigues Neto, Secretário Executivo da SEMAD e Presidente da URC Norte
59 de Minas” Lido o memorando passa ao item 3 da pauta.

60 **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.**

61 O **Conselheiro Ramon Risério Leite**, representante do Instituto Grande Sertão, comunica
62 que o Instituto Grande Sertão não vai mais concorrer à vaga do COPAM no próximo
63 mandato porque quer dar prioridade a outros projetos além da dificuldade dos associados e
64 ainda motivado pelas mudanças que houve nos últimos anos que diminuíram as
65 possibilidades articuladoras do terceiro setor na gestão ambiental. Do Estado Diz\ que o
66 IGS continuará parceiro com o Estado junto à SEMAD e IEF principalmente em projetos
67 de conservação e gestão das unidades de conservação. O **Conselheiro João Alves do**
68 **Carmo**, representante do Instituto Tabuas, diz que, seguindo a mesma linha do Instituto
69 Grande Sertão, o Instituto Tabuas também está se afastando da próxima gestão do COPAM,
70 devido ao que Ramon falou. Também acha que está faltando ao Conselho, além da
71 aprovação ou não aprovação desses projetos, que se pudesse aproveitar o caráter técnico e
72 humano que se tem neste Conselho e que se pudesse tratar e outros assuntos. Diz que, nesta
73 gestão, o Instituto Tabuas teve uma proposta muito séria, que é o Marco regulatório da



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

74 água subterrânea do Norte de Minas. Diz que não foi atendido. Não achou que a URC
75 Norte de Minas tivesse tido uma atenção especial com o assunto, que se esfarinhou,
76 acabou-se. Deixa o recado do Instituto Tabuas : quem ficar para a próxima gestão não abra
77 mão de se ter um marco regulatório de águas subterrâneas no Norte de Minas. Frisa quer a
78 situação virou uma calamidade e se está brincando com a situação.. Os produtores estão
79 brincando com a situação, os órgão não estão levando a sério. Por causa disso a sociedade
80 também relaxa e acaba não podendo agir. No caso do IGS, como também o Instituto
81 Tabuas, quer-se agir e não tem resposta, não tem respaldo, não se tem onde segurar para
82 que essas coisas pudessem prosseguir. E elas não vão à frente. Em razão disso, não é que se
83 esteja jogando a toalha, porque om Instituto continua trabalhando em vários outros setores,
84 mas da URC infelizmente o Instituto Tabuas também vai estar ausente. O **Conselheiro**
85 **Sóter Magno Carmo**, representante do CODEMA Montes Claros, fazendo referência
86 quanto ao que os Conselheiros João e Ramon falaram, diz que essa decisão deve estar
87 tomada a nível de diretoria das instituições que representam, mas os que representam o
88 terceiro setor não podem baixar a guarda. Ainda que o Conselho não precise dessas
89 instituições, elas devem estar presentes, porque, se o Conselho tem uma visão de
90 preservação ambiental e elas têm outras, essas divergências são importantes para que se
91 possa chegar a um denominador comum e tentar preservar o pouco que ainda resta do meio
92 ambiente no Norte de Minas. Concorda plenamente quando o Conselheiro João fala que a
93 água no Norte de Minas é um problema sério. É mais sério do que as pessoas pensam.
94 Quando se chega a um lugar, rios que se conheciam não existem mais; pessoas que
95 moravam em determinados pontos não estão mais por causa da água, mais gente morrendo
96 de sede e de fome por causa da água. Isso exige uma reflexão profunda, embora algumas
97 pessoas não enxerguem isso como tal. As pessoas que estão aí atuado têm que continuar
98 trabalhando. Não podem baixar a guarda. Como representante do terceiro setor, embora não
99 esteja representando o terceiro setor aqui neste momento, representando o CODEMA de
100 Montes Claros, pede que os Conselheiros repensem essa decisão. O meio ambiente vai
101 precisar dessas instituições, vai precisar do conhecimento, vai precisar do apoio. Sugere
102 que conversem com as diretorias, com as pessoas que fazem parte dessas decisões, porque o
103 meio ambiente vai precisar, o Conselho vai precisar. Reafirma que a questão da água é
104 muito mais séria que as pessoas conhecem ou pensam. Diz que neste momento está
105 começando uma reunião do CBH Verde Grande onde se trata exatamente desses assuntos:
106 a questão da água no Norte de Minas, o projeto produtor de água. Aproveita a oportunidade
107 e pede permissão para se retirar desta reunião, não porque esta seja menos importante que a
108 outra, mas porque tem Conselheiros à altura aprovar ou não aprovar a pauta aqui colocada.
109 Pede permissão para ir participar dessa outra reunião porque entende que muitas pessoas
110 que aqui estão gostariam de ir, mas não poderão ir. O **Presidente** questiona se mais alguém
111 quer manifestar-se Questiona ainda se alguém precisa de orientação de como votar os
112 processos. Passa ao item 4.

113 **4. Exame da Ata da 142ª RO de 13/08/2019.**

114 O **Presidente** questiona se há algum destaque na ata. Não havendo destaque coloca a ata da
115 142ª reunião em votação. Faz a apuração:: Votos **favoráveis**: Conselheiros: Cap. Érick
116 Madureira Alves, da Polícia Militar; Márcia Genoveva Rafael Versiani, do IDENE;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

117 Virgílio Mesquita, da UNIMONTES; Willian César Ireno, do CBH; Juvenal Mendes de
118 Oliveira, da FAEMG; Genilson Ferreira, da SEINFRA; João Paculdino, da
119 FEDERAMINAS; Keila Cristina Novais Porto, Prefeitura Montes Claros; Sóter Magno
120 Carmo, do CODEMA; Dr. Daniel Piovaneli, Ministério Público; **Abstenção:**
121 Conselheiros: Ramon Risério Leite, do IGS;, de Laila Tupinambá, da FIEMG; João Terra
122 Alves Maciel, Instituto Tabuas; Ricardo Peres Demichelli, EMATER; Benigno Antônio
123 Oliva Santos, da SEDE. Considera **aprovada** a ata 142ª Reunião Ordinária. Passa ao item
124 seguinte da pauta.

125 **5. Processo Administrativo para exame de Recurso de Indeferimento de** 126 **Licenciamento Ambiental Simplificado:**

127 5. 1 Mineração Salinas Importação e Exportação Ltda. ME - Lavra a céu aberto - Rochas
128 ornamentais e de revestimento e pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de
129 revestimento - Salinas/MG - PA/Nº 01434/2003/006/2019. Apresentação: Supram NM.

130 A **Conselheira Laila Tupinambá** apresenta destaque

131 **6. Processos Administrativos para exame de Recurso de Autos de Infração:**

132 **6.1** Guilherme Queiroz Ferreira/Fazenda Ponte Alta - Silvicultura - Grão Mogol/MG -
133 PA/Nº CAP 671551/19 - AI/Nº 42932/2016. Apresentação: Supram NM.

134 **Sem destaque**

135 **6.2** Regina Célia Caldeira da Silva/Fazenda Caldeirão - São Francisco/MG - PA/Nº CAP
136 446652/19 AI/Nº 35056/2016. Apresentação: Supram NM.

137 **Sem destaque**

138 **6.3** Posto Jenipapo de Salinas Ltda. - Posto revendedor de combustíveis - Salinas/MG -
139 PA/Nº CAP598559/19 - AI/Nº 95197/2018. Apresentação: Supram NM.

140 **Sem destaque**

141 **6.4** Henrique de Almeida/Fazenda Horizonte - Gameleiras/MG - PA/Nº CAP 460736/19 -
142 AI/Nº63253/2016. Apresentação: Supram NM.

143 **Sem destaque**

144 **6.5** Luiz Rocha Souza/Fazenda Planice - Montes Claros/MG - PA/Nº CAP 460170/19 -
145 AI/Nº63023/2016. Apresentação: Supram NM.

146 **Sem destaque**

147 **6.6** Audi José dos Santos Braga/Sítio Recanto Doce - Extração de areia e cascalho para
148 utilização imediata na construção civil - Buritizeiro/MG - PA/Nº CAP 662657/19 - AI/Nº
149 66750/2016. Apresentação: Supram NM.

150 **Sem destaque**

151 **6.7** Empreiteira Rainha Ltda./Fazenda Catanduva e São Miguel do Guará - Produção de
152 carvão de origem nativa, aproveitamento do rendimento lenhoso - Vargem Grande do Rio
153 Pardo/MG - PA/NºCAP 473871/19 - AI/Nº 94681/2017. Apresentação: Supram NM.

154 **Destaque do Sr. Rodrigo Vieira Amorim**

155 **6.8** Flávio Roberto Aguiar de Moura - Gameleiras/MG - PA/Nº CAP 460738/19 - AI/Nº
156 63254/2016. Apresentação: Supram NM.

157 **Sem destaque**

158 **6.9** Evandro Fernandes Diniz/Lagoa Santo Antônio - Jaíba/MG - PA/Nº CAP 670027/19 -
159 AI/Nº008806/2016. Apresentação: Supram NM.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

160 Sem destaque

161 O **Presidente** diz que colocará os processos em votação em bloco: 6.1 – 6.2 – 6.3 – 6.4 –
162 6.5 – 6.6 – - 6.8 – 6.9. Coloca em votação. Pedes que se manifestem os favoráveis.

163 **Favoráveis:** Cap. Érick Madureira Alves, da Polícia Militar; Márcia Genoveva Rafael
164 Versiani, do IDENE; João Terra, do Instituto Tabuas; Ramon Risério Leite, do IGS; Laila
165 Tupinambá, da FIEMG; Virgílio Mesquita, da UNIMONTES; Genilson Ferreira, da
166 SEINFRA; João Paculdino, da FEDERAMINAS; Lindon Batista, da FETAEMG; Keila
167 Cristina Novais Porto, Prefeitura Montes Claros; Ricardo Demichelli, da EMATER;
168 Benigno Antônio Oliva, da SEDE; **Abstensão:** Willian César, do CBH; Dr. Daniel
169 Piovanelli, do Ministério Público; **Contrário:** Juvenal Mendes de Oliveira, da FAEMG.

170 O **Presidente** solicita que o Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira Justifique o voto
171 contrário. O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, representante da FAEMG, diz que, ao
172 iniciar todo esse sistema ambiental, pensava-se ser preciso, para se chegar a um
173 desenvolvimento sustentável e preservar o meio ambiente, aplicar uma multa pecuniária
174 àquele que tem um pequeno desvio. Entende que é arcaico. O sistema ambiental está
175 implantado. Não há por que provocar a ira, a incompreensão de tanto produtor rural que se
176 vê, por uma questiunculazinha, sendo multado. O meio ambiente, que tem que buscar o
177 desenvolvimento sustentável, e o bem ou mal que foi conservado, foi conservado por esse
178 produtor. Aplicar multa achando que agir contra o bolso de cidadão é o que vai educar é um
179 ledão engano. O que educa é uma extensão ambiental. É levar o conhecimento. Isso é que é
180 obrigação do estado. Não é aplicar multas e fazer das multas uma arrecadação do estado
181 trazendo a multa para efeito de imposto. Diz que, a esse respeito, o sábio e pensador
182 africano Kwame Nkrumah disse; “Vá em busca de seu povo. Sirva-o. Ame-o. Comece com
183 aquilo que ele sabe. Construa com a quilo que ele tem”. Diz que é esse o recado a uma
184 inspeção ambiental onde o estado tem que ir à procura do cidadão para servi-lo e não para
185 ser servido. Onde ele ame essas pessoas com a boa intenção e não com a finalidade de
186 espoliá-lo através de questiúnculas da lei, porque não é a questão do servidor público é a
187 questão da lei errada. Ele diz mais: “Comece com aquilo que ele sabe”. Tem-se é que
188 construir com o diálogo, com entendimento, e não aplicar simplesmente uma multa
189 pecuniária achando que isso é educativo. Frisa que isso não é educativo. Cita ainda:
190 “Construa com aquilo que ele tem”. Destaca que não se está construindo nada aplicando
191 multas e julgando multas. Não se está servindo de fato ao desenvolvimento sustentável. E o
192 produtor rural, na sua grande maioria, é um produtor de vida, um produtor de alimento. Daí,
193 seu voto contrário. O **Presidente** pergunta ao Conselheiro se seu destaque vale por todos os
194 pontos que foram colocados em votação. O **Conselheiro** confirma que vale por todos os
195 pontos ditos pelo Presidente. O **Conselheiro João Alves do Carmo**, do Instituto Tabuas,
196 diz que o arcabouço de leis ambientais no Brasil é muito recente. A Lei das Águas não
197 passa de 12 ou 13 anos. Até esse tempo, os produtores fizeram desse país o que quiseram,
198 porque nem sabiam que existiam leis. Eles arrasaram com o país. Depois que as leis
199 surgiram severas, a Lei das Águas é toda baseada na lei das águas da França, que foi o
200 primeiro país a pensar em água dada sua dificuldade de água. Depois que esse arcabouço
201 veio, porque as leis ambientais são rigorosas, nada aconteceu. Os produtores não respeitam
202 o meio ambiente, não respeitam a natureza, como se a gente não fosse filho da natureza.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

203 Como se a natureza fosse uma coisa de que de tem que se livrar o mais rápido que se puder.
204 Um geógrafo português muito conhecido, já falecido, fala que um dos perigos do mundo é
205 o crescimento das cidades. Outro diz que a maior invenção humana é a cidade. Então, está-
206 se correndo muito risco e não é só no campo, mas nas cidades também. Nas cidades
207 chegou-se a um ponto quase insuportável. É água, é lixo. A produção de plástico no mundo
208 chegou a uma altura que a própria indústria não tem como reverter a situação, dado que ela
209 ofereceu tanto plástico à sociedade que a sociedade não pode mais se livrar dele. Não se
210 tem condição nenhuma, física, humana, social, política de nos livrarmos do plástico. O
211 mundo está de cabeça para baixo. Essas pequenas coisas que vêm até o COPAM têm que
212 ser mesmo notificadas, multadas, essas pessoas. Isso é o mínimo do que acontece. Diz que
213 tem uma admiração especial pelo Conselheiro Juvenal, conhece muito de sua carreira
214 profissional, de sua vida, seu irmão, mas, quando ele fala isso, fica meio apavorado que
215 pessoas de sua inteligência, sua sabedoria, tanto tempo trabalhando nessa área e falta pelo
216 menos um pouco de discernimento com relação a essa situação. **O Conselheiro Juvenal**
217 **Mendes de Oliveira**, da FAEMG, diz que, não querendo criar réplica e tréplica, é um
218 profissional da área, aposentado, 25 anos no Estado e 10 anos em empresa particular. Tem
219 vivido no Sindicato Rural os maiores absurdos de produtores rurais que o procuram para
220 resolver seus problemas. É Engenheiro Florestal, formado pela Universidade Federal de
221 Viçosa. Lá muitos professores coadunam com esse seu parecer. Tem mestrado em
222 Saneamento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Montes Claros. Diz que não
223 está falando por emoção, por gostar. Diz que não sabe qual a condição do Conselheiro João,
224 mas vive isso até hoje. Por isso participa deste Conselho para dar conselhos. Frisa que é
225 preciso dar uma guinada nessa questão do meio ambiente. É preciso dar uma viravolta de
226 180°. Não é por aí que se vai construir o desenvolvimento sustentável. Quanto ao marco
227 regulatório das águas a que se referiu o Conselheiro, diz que para isso está na lei o Comitê
228 de Bacia e tem as Agências de Água, abaixo do Comitê. A questão da água está sendo
229 discutida em nível de bacia hidrográfica. Diz que quem é do ramo sabe essas coisas. Sua
230 preocupação e sua indignação é ver tanta gente falando sobre meio ambiente sem nunca ter
231 tido conhecimento de nada, nunca ter vivido nada disso, apenas por emoção, por poesia, por
232 romantismo. **O Conselheiro João Alves do Carmo**, do Instituto Tabuas, diz que foi
233 coordenador da Secretaria Executiva do Verde Grande durante 13 anos e ajudou a fundar o
234 Comitê do Verde Grande. Participou, em sua vida, de cinco comitês de Bacia, inclusive do
235 São Francisco, e hoje é da Câmara Técnica de Cobranças do Comitê do São Francisco. É
236 formado em Geografia e Recursos Hídricos Ambientais com pós-graduação na UFMG. É
237 produtor rural. Frisa que é tanta coisa em sua vida, poeta, escritor. Sua vida é pensar no
238 meio ambiente o dia inteiro e a noite inteira. Não tem dúvida de si mesmo em relação ao
239 conhecimento que tem, àquilo com que pode contribuir quando vem a uma reunião como a
240 do COPAM. Tudo o que quer em sua vida é poder contribuir. Diz que acha que esta é a
241 última reunião de que vai participar. Como não vai participar da próxima gestão, parece que
242 vai encerrar sua etapa agora. Toda vez que vem aqui, vem com a melhor boa intenção do
243 mundo. Se o inferno está cheio de boas intenções, é perigoso que esteja no inferno, porque
244 é cheio de boas intenções. Diz que é um problema muito sério o que os Comitês de Bacia
245 vivem. Nos 13 anos que viveu no Comitê do Verde Grande como Coordenador da



246 Secretaria Executiva, inclusive trabalhando diretamente com a Agência Nacional de Águas,
247 trabalhando diretamente com a SEMAD, trabalhando com todos esses órgãos que
248 trabalham com recursos hídricos, o Comitê foi parceiro deles a vida inteira. O Instituto
249 Tabuas foi parceiro a vida inteira. Foi o Instituto Tabuas que, em 2003, impôs à Copasa a
250 construção da ETE em Montes Claros. Está nos Anais do Comitê a atuação do Instituto
251 Tabuas, que levou a sociedade a pensar um pouco na poluição da água do Rio Verde em
252 Montes Claros. O curriculum do Instituto Tabuas é um curriculum rico. O **Presidente**
253 agradece a manifestação. Diz que se vai retornar ao item 5.1 em que foi pedido destaque
254 pela FIEMG.

255 **5. Processo Administrativo para exame de Recurso de Indeferimento de**
256 **Licenciamento Ambiental Simplificado:**

257 5. 1 Mineração Salinas Importação e Exportação Ltda. ME - Lavra a céu aberto - Rochas
258 ornamentais e de revestimento e pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de
259 revestimento - Salinas/MG - PA/Nº 01434/2003/006/2019. Apresentação: Supram NM.

260 O **Presidente** informa que há destaque da Conselheira Laila Tupinambá. A **Conselheira**
261 **Laila Tupinambá**, representante da FIEMG, diz que, pelo que entendeu do processo, o
262 empreendedor, na formalização, deixou de apresentar uma série de documentos. Segundo a
263 SUPRAM, no recurso ele apresentou todos esses documentos que estavam faltando, mas
264 não justificou por que não o fez na formalização. Diz que quer ouvir o empreendedor, se
265 estiver presente, por que não apresentou os documentos na formalização. Também quer
266 ouvir da SUPRAM se a documentação está correta, para então se manifestar sobre o
267 processo. O **Presidente** diz que chamará o técnico responsável pelo processo. O
268 empreendedor não se inscreveu, por isso não pode fazer uso da palavra. **Samuel**, técnico da
269 SUPRAM, diz que o processo tem várias pendências em referência à planta, ao próprio
270 termo de referência do RAS não foi apresentado conforme termos da SEMAD. No recurso
271 apresentou documentações. Fez-se uma análise um pouco superficial, mas foi apresentado.
272 Yuri pode até explicar melhor. Não apresentou nenhum vício no ato de indeferimento.
273 Apenas comprovou, mediante apresentação desses documentos que estavam faltando na
274 formalização. A **Conselheira Laila Tupinambá**, da FIEMG, questiona se o empreendedor
275 para se regularizar vai ter que apresentar essa mesma documentação que já apresentou no
276 recurso. **Samuel**, técnico da SUPRAM, diz que sim. No processo será feita uma análise
277 mais criteriosa dos documentos apresentados. **Alguém** questiona se hoje ele tem todos os
278 documentos dados em entrada na SUPRAM, os que eram faltosos. **Samuel**, técnico da
279 SUPRAM, diz que os documentos elencados no parecer para indeferimento, sim. **Alguém**
280 questiona se eles foram ou não analisados. **Clésio Candido Amaral**, Superintendente da
281 SUPRAM NM, diz que, primeiramente, o processo de licenciamento ambiental pressupõe
282 que os documentos, principalmente no processo simplificado, devem ser colocados na
283 formalização do processo. O processo se diz simplificado. Ele tem que ser completo, com
284 toda documentação, com toda informação. Frisa que essa documentação não foi
285 apresentada. Isso torna o processo inepto. Então ele é indeferido. O empreendedor
286 apresentou, no recurso, a documentação. Do ponto de vista da formalização do processo,
287 não cabe análise desses documentos apresentados inclusive fora do prazo. Não foram
288 apresentados dentro do prazo. O empreendedor tem um prazo para apresentar essa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

289 documentação e ela tem uma certa formalização. A formalização é muito simples, Tanto é
290 que, formalizado o processo e ele estando correto, no máximo em sete dias, o
291 empreendedor tem a licença e as condicionantes estabelecidas. Não é um processo
292 complexo, complicado, nesse sentido. Nenhuma das documentações que o técnico colocou
293 foi apresentada na formalização. Então foi feito o parecer de indeferimento. Depois de
294 indeferido é que o empreendedor resolveu apresentar a documentação. O **Presidente** diz
295 que, feito o destaque, coloca em votação o item 5.1. Pede que os que forem favoráveis ao
296 parecer da SUPRAM se manifestem. **Favoráveis:** Cap. Érick Madureira Alves, da Polícia
297 Militar; Lindon Batista, da FETAEMG; Keila Cristina Novais Porto, Prefeitura Montes
298 Claros; Benigno Antônio Oliva, da SEDE; Virgílio Mesquita, da UNIMONTES;
299 **Abstenção:** Willian César Ireno, do CBH; Márcia Genoveva Rafael Versiani, do IDENE;
300 João Terra, do Instituto Tabuas; Ramon Risério Leite, do IGS; Juvenal Mendes de Oliveira,
301 da FAEMG; Ricardo Demicheli, da EMATER; Dr. Daniel Piovanelli, do Ministério
302 Público; Genilson Ferreira, da SEINFRA; Melquíades Ferreira do CREA MG; **Contrário:**
303 Laila Tupinambá, da FIEMG; João Paculdino, da FEDERAMINAS. O **Presidente** pede
304 que os contrários se manifestem e justifiquem o voto. O **Conselheiro Willian César Ireno**,
305 Representante do CBH da região, diz que a votação já foi realizada, mas para fins
306 pedagógicos, para que o recurso serviria nesse caso se os documentos não fossem
307 apresentados jna fase de recursos. **Yuri Rafael Trovão**, da SUPRAM NM, diz que o
308 recurso serviria para mostrar que aqueles protocolos foram formalizados e a formalização
309 ocorreu devidamente. O que ele fez foi justamente corroborar a análise feita pelo técnico
310 apresentar posteriormente aquilo que deveria ter apresentado na formalização. Só
311 corroborou com o entendimento da equipe técnica que arquivou o processo. Caso ele
312 tivesse demonstrado que houve apresentação dos documentos, mas que deixaram de ser
313 analisados, o protocolo tivesse sido extraviado, o recurso poderia ter sido deferido. Não
314 ocorreu isso. Ele apenas corroborou que os documentos não foram apresentados no
315 momento da formalização. A **Conselheira Laila Tupinambá**, da FIEMG, diz que seu voto
316 é contrário porque entende que vai ser um retrabalho da SUPRAM analisar a documentação
317 que já está toda aparentemente adequada. O **Conselheiro João Paculdino**, da
318 FEDERAMINAS, diz que votou contrário porque se poderia levar a legislação não tanto ao
319 pé da letra e ajudado o empreendedor nesse ponto. O **Presidente** diz que está aprovado o
320 processo com o parecer da SUPRAM do item 5.1. Passa ao item 6.7 que também apresenta
321 destaque.

322 **6.7 Empreiteira Rainha Ltda./Fazenda Catanduva e São Miguel do Guará** - Produção
323 de carvão de origem nativa, aproveitamento do rendimento lenhoso - Vargem Grande do
324 Rio Pardo/MG - PA/NºCAP 473871/19 - AI/Nº 94681/2017. Apresentação: Supram NM. O
325 **Presidente** informa que há destaque do Sr. Rodrigo Vieira Amorim. Informa que ele tem
326 cinco minutos para se manifestar. O **Sr. Rodrigo Vieira Amorim**, em nome da Rainha
327 Empreendimentos, informa que se fez o recurso, o recurso foi indeferido e não houve a a
328 motivação. Como é um ato administrativo, um dos elementos que compõem o ato é
329 justamente a motivação. Quando ele falta, o ato automaticamente se torna inválido. Neste
330 caso, gostaria que fosse reavaliado o recurso, e observando que houvesse uma motivação.
331 Diz que é importante salientar também que, na fiscalização, houve um equívoco. Até 2014



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

332 a referida empresa tinha que fazer um licenciamento potencial poluidor grau 3. Entretanto,
333 em 2014, ela substituiu algumas atividades, houve um reenquadramento e ela passou a ser
334 dispensada da apresentação da licença. Com base nisso, a fiscalização exigiu
335 condicionantes que não caberiam no caso. Por essa razão, o ato da fiscalizadora está eivado
336 de ilegalidade, por um motivo simples: não havia previsão legal da exigência das
337 condicionantes. Uma vez que um ente que não tem capacidade de legislar cria uma
338 exigência que não está prevista em lei, essa exigência é inválida sob pena de inviabilizar
339 toda e qualquer atividade. Pede que se imagine qualquer pessoa, se ela não tem a
340 previsibilidade do que ela pode ou não fazer, ela pode não fazer nada ou pode fazer tudo.
341 Diz que gostaria que ficasse esclarecido que faltou legitimidade para a prática da
342 fiscalização por falta de legislação. O **Presidente** pede a participação dos técnicos da
343 SUPRAM responsáveis pelo processo. **Priscila**, Técnica da SUPRAM, diz que a
344 fiscalização referente a esse empreendimento foi feita após a análise do processo de
345 licenciamento. Diz que o processo de licenciamento a que ele se refere deixou de ser um
346 processo licenciável, diminuindo as atividades, e passou a ser não passível. Mas o
347 descumprimento a que se refere esse auto de infração é das condicionantes durante a
348 vigência da licença. Inclusive há um relatório dentro do processo em que se dispõe quais
349 são as condicionantes não cumpridas com as atas. O autuado tinha essas obrigações
350 durante o período da vigência da licença. É isso que está sendo autuado nesse auto de
351 infração. Em relação à fundamentação, diz que todas as decisões são fundamentadas no
352 parecer, que é feito para orientar a decisão. Frisa que há um parecer da primeira decisão,
353 decisão de primeira instância, assim como há um parecer da SUPRAM que orienta os
354 Conselheiros a tomarem decisão de acordo ou não com esse parecer. Essa é a
355 fundamentação. O parecer reate a tese a defesa apresentada, do recurso apresentado.
356 **Yuri Rafael Trovão**, pela SEMAD, diz que, como Priscila referiu, não há questão de
357 imprevisibilidade. As condicionantes estavam postas em um processo de licenciamento
358 ambiental. Diz que é claro que era previsível e era de conhecimento do empreendedor. Era
359 uma condicionante imposta. Caso o empreendedor não concordasse com aquela
360 condicionante imposta naquele momento, teria que recorrer, pedir exclusão, modificação da
361 condicionante, naquele momento. Em relação à autuação, é regra d' "o tempo rege o ato".
362 Na época em que a condicionante foi inserida dentro de um processo de licenciamento
363 ambiental e a análise foi feita dentro de um processo de licenciamento ambiental, mesmo
364 ele virando licenciamento simplificado, não passível, isso não descaracteriza aquele
365 momento em que ele obteve a licença e tinha a obrigação de cumpri-la. Pede que se
366 imagine se fosse o contrário. Todos deixariam de cumprir uma condicionante com a
367 previsão de que aquela atividade fosse não passível, com vista a aquilo desaparecer
368 algum dia. A regra é clara, é o tempo rege o ato. Na época em que a condicionante foi
369 imposta ela era obrigatória. Era do conhecimento do empreendedor a obrigatoriedade de
370 seu cumprimento. Não existe nenhuma regra em relação a imprevisibilidade. Ele tinha
371 previsão. Foi inserida a condicionante, foi publicada e o certificado foi entregue. Em
372 relação à norma é o tempo rege o ato. Ele era obrigado a cumprir à época e não o fez. E a
373 legislação tem essa previsão, aplicando a penalidade por uma obrigação que ele tinha
374 àquela época. O **Presidente** questiona se o Conselho tem ainda alguma dúvida. O



375 **Conselheiro Ricardo Demicheli**, representante da EMATER, questiona se o não
376 cumprimento da condicionante causou algum dano ao meio ambiente. Diz que as decisões
377 têm que ser pautadas em função do que aconteceu de fato. **Priscila**, da SUPRAM NM,
378 destaca que foram duas autuações: uma por descumprimento de condicionante e outra por
379 dispor óleo no solo. Isso foi um causador de poluição e degradação e a outra foi
380 desmatamento de reserva legal. O **Presidente** questiona se há dúvidas e põe em votação o
381 item 6.7. Pede que os favoráveis ao parecer da SUPRAM se manifestem. **Favoráveis:** Cap.
382 Érick Madureira Alves, da Polícia Militar; João Terra, do Instituto Tabuas; Ramon Risério
383 Leite, do IGS; Laila Tupinambá, da FIEMG; Virgílio Mesquita, da UNIMONTES;
384 Melquíades Ferreira, do CREA/ MG; Genilson Ferreira, da SEINFRA; João Paculdino, da
385 FEDERAMINAS; Lindon Batista, da FETAEMG; Keila Cristina Novais Porto, Prefeitura
386 Montes Claros; Benigno Antônio Oliva, da SEDE; Willian César, do CBH; **Abstenção:**
387 Márcia Genoveva Rafael Versiani, do IDENE; Juvenal Mendes Oliveira, da FAEMG;
388 Ricardo Peres Demicheli, da EMATER; Dr. Daniel Piovanelli, do Ministério Público. O
389 **Presidente** informa que está **aprovado** o parecer da SUPRAM.

390 **7. Apresentação de Relatório Técnico de Estudo Científico do Programa de**
391 **Biomonitoramento do Impacto da Silvicultura na Qualidade de Águas em**
392 **Microbacias no Alto Jequitinhonha.** Apresentação: Alice Arantes Carneiro, Mestre em
393 Engenharia Industrial / Coordenadora de Projetos da Aperam Bioenergia.

394 **Clésio Cândido Amaral**, Superintendente da SUPRAM NM, agradece à Professora Alice,
395 ao Alexandre, ao pessoal da Aperam. Diz que esse impacto da cultura, da silvicultura já
396 vem sendo discutido há longo tempo. Agora tem-se um estudo científico já apresentado e
397 isso abre o debate, as discussões sobre o tema, que é algo que sempre foi pedido neste
398 Conselho. Está-se tratando com base científica sobre esse impacto. Nada melhor do que
399 conhecer, ter as bases para se discutir a questão. A **Professora Alice Arantes Carneiro**
400 agradece a Clésio o convite. Diz que o relatório que pretende apresentar foi um
401 biomonitoramento que realizou na bacia do Araçuaí, mais especificamente nas bacias do
402 Capivari e do Santo Antônio. Informa que tem dados de três anos de monitoramento. Esse
403 relatório especificamente traz dados de dezembro de 2015 a maio de 2018. Depois desse
404 relatório ainda se teve mais coletas, mais dados, tendo-se então três anos de dados e
405 monitoramento nessas áreas. Diz que o estudo foi acompanhado e coordenado por ela,
406 bióloga e Mestre em avaliação de impacto ambiental, e também pela Professora Gabriela,
407 que também é bióloga, Mestre e Doutora em conservação e manejo da vida silvestre. Diz
408 que têm trabalhado nessa área de avaliação de qualidade de águas já há alguns anos, e não
409 só na bacia do Araçuaí. Têm projetos em algumas áreas de Minas. Diz que esse estudo traz
410 um alerta em relação a tudo o que já foi falado aqui hoje que é sobre as alterações que têm
411 acontecido, na paisagem, as alterações nos ecossistemas naturais. Hoje cientificamente,
412 ecologicamente, não se tem mais florestas contínuas. Tem-se fragmento em função de todas
413 as alterações que foram feitas na paisagem Essa é uma realidade do século XX e não se pode
414 negá-la. Essas alterações na paisagem requerem um monitoramento, um conhecimento e
415 uma investigação do que essas alterações na paisagem têm trazido de prejuízo ou não aos
416 recursos hídricos mais especificamente, que é o foco do estudo que se fez. O
417 monitoramento não é um dado, não é um estudo de curto prazo. Sempre e tenta trazer



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

418 trabalho de longo prazo para que o embasamento científico e os dados teóricos sejam
419 reforçados pela temporalidade, porque se está trabalhando com organismos vivos, com a
420 fauna e a flora. Os monitoramentos a longo prazo vêm para subsidiar, trazer informação
421 científica de como essas alterações na paisagem têm trazido ou têm prejudicado a fauna e a
422 flora. Nesse estudo especificamente avaliaram-se variáveis físicas e químicas da água e
423 também variáveis biológicas. Nessa variável biológica selecionou-se a comunidade de
424 macroinvertebrados aquáticos. São organismos aquáticos, basicamente a maioria são larvas
425 de insetos aquáticos que vivem na lama, no sedimento desses ambientes. O objetivo de
426 trazer essas informações aqui é apresentar esse relatório que tem resultados do
427 monitoramento de qualidade de água de de rio com diferentes usos da terra. Diz que se
428 comparou uma área de eucalipto com uma área de ocupação humana, agricultura e pecuária
429 que é característica lá da região da bacia d Araçuaí. Mostra detalhes da bacia destacando
430 dois municípios onde foram realizados os estudos: Minas Novas e Itamarandiba. Mostra
431 imagem do rio Capivari, no município de Minas Novas, e do Santo Antônio, que é em
432 Itamarandiba. Diz que no rio Santo Antônio, tanto o ponto 1 como o ponto 2 estão dentro
433 de área de eucalipto. O Capivari está em área de ocupação humana e pecuária, basicamente.
434 Diz que. para monitoramento de qualidade da água, selecionou uma série de variáveis
435 físicas e químicas. Algumas dessas variáveis são avaliadas *in situ*, no local mesmo,
436 imediatamente durante a coleta com uma sonda de qualidade de água. Essa sonda dá
437 parâmetros oxigênio solvido, saturação de oxigênio condutividade elétrica, temperatura da
438 água. Avaliou-se também a velocidade do fluxo, medindo a vazão com um medidor
439 portátil. Diz que é importante falar, quando se fala de monitoramento de vazão, que esses
440 dados de vazão são dados pontuais, avaliação no momento da coleta. Não são dados de
441 longo prazo e não são médias anuais, mensais. É um dado pontual. Ao longo desses três
442 anos as coletas foram bimensais. Tem-se dados pontuais de vazão ao longo desse tempo.
443 Também foram coletadas amostras de água para serem encaminhadas para o laboratório e
444 lá foram analisadas quanto a fósforo total, fósforo dissolvido, nitrato, nitrito, nitrogênio
445 total. Toda série nitrogenada, fosfatada, turbidez, sólidos totais suspensos, alcalinidade.
446 Para a coleta dos macroinvertebrados, para avaliação da comunidade biológica, os
447 organismos foram coletados com uma rede coletora, foram acondicionados em potes e
448 sacos e foram fixados com álcool. Posteriormente, em laboratório, todos esses organismos
449 encontrados em amostras foram ampliados em lupas, microscópios e foram identificados
450 usando como referência a literatura de guias que se tem para macroinvertebrados. Todos
451 esses organismos estão disponíveis na coleção que se tem de organismos bentônicos no
452 Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. Acondicionam-se nessa coleção todos esses
453 organismos coletados. Inclusive eles servem para troca de informação com outras
454 universidades, com outros estados. Mandam-se exemplares para identificação. Às vezes, os
455 guias de identificação não ajudam muito. Então usa-se isso para trocar informação com
456 outras universidades, com outros estados. Diz que também foi aplicado, no estudo, o
457 protocolo de avaliação de integridade ambiental. Esse protocolo não avalia a qualidade da
458 água especificamente. A qualidade da água é avaliada pelas variáveis físicas e químicas que
459 se medem e pela comunidade bentônica. Frisa que esse protocolo avalia o entorno da bacia.
460 Ele tem treze itens e, dentre esses treze itens, são ranqueadas notas de acordo com o grau de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

461 preservação. Há uma pontuação para cada um desses itens desse protocolo. Tem-se um
462 padrão para uso do solo, qual a largura da mata ciliar, se tem mata ciliar. Esse protocolo vai
463 recebendo notas para avaliar o entorno da bacia de drenagem daquele corpo d'água
464 específico. Apresenta a lista de parâmetros avaliados no laboratório comparados com a
465 CONAMA 357 de 2005 e com a DN Conjunta do Conselho Estadual de Recursos
466 Hídricos/COPAM de 01/2008. Diz que a tabela é uma tabela geral dos dados, está muito
467 reduzida, muito distante, mas destaca algumas variáveis importantes que apresentaram
468 alterações durante os estudos que foram: condutividade elétrica, sólidos totais e solvidos e
469 turbidez, sempre no ponto Capivari 2. É um ponto onde se tem maior ocupação humana,
470 não chega a ser uma cidade, não é um centro urbano, mas é uma área de ocupação humana
471 caracterizada pelo IBGE e pelos órgãos ambientais como uma região caracterizada por
472 pecuária e ocupação humana. Mostra gráfico que destaca a variação de turbidez,
473 principalmente, condutividade elétrica, sólidos solvidos, observando o ponto Capivari 2.
474 Diz que se consegue relacionar isso com a síndrome do rio urbanizado. É sabido, e a
475 própria literatura traz, que o processo de urbanização tem trazido uma influência e
476 alterações na qualidade da água por uma série de questões, mas basicamente pela falta de
477 cobertura vegetal do solo. O solo fica exposto e, a qualquer momento, esse material que
478 fica ali na bacia de drenagem acaba atingindo o corpo d'água. Diz que os próximos gráficos
479 apresentam concentração de fósforo. Chama atenção para pontos em pico, na cor laranja,
480 que é do ponto Capivari 2 também. Diz que a mesma coisa acontece para a concentração de
481 sólidos totais e em suspensão. Faz destaque para turbidez, que em outubro ultrapassou 1425
482 NTU unidades de turbidez. diz que a mesma coisa aconteceu para nitrito, também em
483 outubro, ultrapassando os valores da legislação. frisa que isso trouxe uma consequência e
484 uma alteração também no oxigênio dissolvido. Sabe-se que o que acontece na bacia de
485 drenagem é de quando se aumenta a quantidade de sólido suspenso, matéria orgânica que
486 entra, a turbidez está alta, o oxigênio dissolvido é consumido para que as bactérias
487 consigam degradar essa matéria orgânica que está ali no corpo d'água. Há também uma
488 variação nas concentrações de oxigênio em função dessa alta concentração de matéria
489 orgânica. Lembra que esse período, principalmente onde se concentram essas baixas
490 concentrações de oxigênio e altas concentrações de turbidez, de sólidos suspensos, são
491 períodos de seca. Não há chuva e aumenta a concentração de sólido, matéria orgânica,
492 eleva a turbidez diminuindo o oxigênio dissolvido na água. Apresenta imagem mostrando o
493 baixo volume de água registrado no ponto Capivari 2, e isso traz uma redução na diluição
494 dos sólidos, das substâncias. Diz que o que se nota nos gráficos anteriores, estudos com
495 relação às variáveis físicas e químicas da água é que as áreas onde se tem uma cobertura
496 vegetal no entorno elas sofrem menor influência nessas épocas de seca ou nessas épocas
497 em que chove menos. Mostra gráfico apresentando a variação do ph e das outras variáveis
498 que não havia citado, nitrito, nitrato. Para todas elas destacou uma coluna mostrando essa
499 alteração significativa no ponto Capivari 2. Diz que a análise de vazão não demonstrou
500 diferença significativa entre os pontos. No Capivari 2 se tem dois pontos amostrais, o 1 e o
501 2; no Santo Antônio também, o ponto 1 e o ponto 2. Não houve variação significativa,
502 especificamente os valores não se diferem para nenhum dos pontos analisados. Apesar de
503 no gráfico Santo Antônio ele ter maior vazão, a média está maior em relação aos outros



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

504 pontos, estatisticamente esses valores não são significativos, essas diferenças não são
505 significativas. As atividades principais da bacia do Araçuaí, segundo o IBGE 2010, são
506 cultura tradicional, pecuária, tem várias outorgas em relação ao uso insignificante e
507 algumas certidões emitidas em relação utilização para consumo humano e 132 para
508 dessedentação de animais. Tem-se uma diversidade grande de necessidade de uso de água
509 nessa região. Com relação à comunidade biológica, tem-se a identificação de 8.139
510 organismos, distribuídos em 52 táxons diferentes; 47 pertencem à classe *Insecta*, é a grande
511 maioria mesmo, São os organismos que vivem nos sedimentos. O que é importante destacar
512 em relação à fauna bentônica é que esses organismos são escolhidos para programas e
513 estudos científicos de biomonitoramento porque a presença desses organismos na água é
514 capaz de indicar poluição ou não, degradação ambiental ou não. São bons indicadores de
515 degradação ambiental porque alguns organismos são classificados na literatura como
516 sensíveis à poluição. Se esse corpo d'água recebe poluição, esses organismos não vão estar
517 presentes. Existem alguns que são tolerantes, suportam certo grau de degradação da
518 qualidade da água, e outros organismos que são considerados resistentes. Eles suportam
519 muito a degradação ambiental. Diz que se tem algumas famílias identificadas no estudo que
520 são destaque. A família dos *quironomideos*, que são insetos aquáticos, a larva vive
521 enterrada no sedimento, ela apresentou um total de 3656 indivíduos. Tem uma família, que
522 é *Odontoceridae* que apresentou uma grande quantidade de indivíduos. Foram 137, Esses
523 organismos, principalmente no córrego Santo Antônio, apresentaram um número maior de
524 indivíduos, se se analisar o gráfico. Tem-se então 45% dos organismos encontrados no
525 Santo Antônio 2; 22% encontrados no Capivari 2; 22% em Santo Antônio 1 e 10% no
526 Capivari 1. Esses organismos respondem muito bem às variações na qualidade da água. Diz
527 que se trataram os dados fazendo uma análise de riqueza e diversidade dessa fauna. O que
528 se encontrou foi uma fauna mais diversa. Teve-se maior riqueza em Santo Antônio, o que
529 quer dizer que se tem maior diversidade de organismos nessa área, e menor diversidade em
530 Capivari 2, que foi uma riqueza igual a 22. As menores riquezas foram encontradas em
531 Capivari, e as maiores, em Santo Antônio. Diz que uma coisa que o gráfico anterior mostra
532 é que as famílias sensíveis à poluição foram encontradas apenas no Santo Antônio 1 e 2.
533 Elas não foram registradas no Capivari nem no ponto 1 nem no ponto 2. Com relação ao
534 índice de integridade à degradação do entorno, tem-se uma nota de 0,58 para o Capivari 1,
535 que é classificado na literatura como degradado; Capivari 2 tem 0,60, também classificado
536 na literatura como degradado; o Santo Antônio 1 tem 0,71, que considerado na literatura
537 como conservado; Santo Antônio 2 tem 0,72, também considerado como conservado.
538 Mostra imagem destacando que a pontuação do Santo Antônio 2 como conservado reflete a
539 preservação das APPs. As áreas de preservação permanente no entorno da bacia são
540 extremamente importantes para manutenção da qualidade da água e conseqüentemente da
541 fauna bentônica. Quando se retira a vegetação, que é o que se observa em imagem de
542 satélite que apresenta dos pontos Capivari 1 e 2 respectivamente, praticamente não se tem
543 APP em torno do rio. A vegetação está bem devastada, tem-se áreas expostas, Isso traz
544 uma alteração direta na qualidade da água e conseqüentemente na fauna bentônica. Diz que
545 as considerações finais são basicamente o que já discutiu na apresentação. O Capivari e o
546 Santo Antônio têm tipos diferentes de degradação principalmente nas áreas de entorno on



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

547 de, no Capivari, não se vê uma vegetação, um solo vegetado e isso reflete na qualidade da
548 água, numa pior qualidade da água nessas áreas desflorestadas. O Santo Antônio, como tem
549 área de APP, tem melhor qualidade da água em função dessa vegetação, dessa área de APP
550 preservada. A supressão da vegetação é um fator de impacto na degradação ambiental.
551 Preservar as APPs é um fato importante. Não foi detectado efeito negativo para a
552 quantidade e qualidade de água. Como disse, a vazão foi uma medida pontual, não são
553 índices de vazão. A alteração da paisagem ripária prejudicou a qualidade da água, mas não
554 a quantidade. A vazão não teve diferença significativa entre os pontos amostrais. Os
555 menores índices de diversidade foram detectados no Capivari, o que pode estar relacionado
556 aos contaminantes lançados no leito do rio e também à degradação da vegetação ripária. O
557 rio Santo Antônio apresentou os maiores índices de diversidade, maior abundância de
558 organismos sensíveis à poluição. Viu-se no estudo e se identificou organismos da ordem
559 Ephemeroptera, Trichoptera que são organismos que são muito sensíveis à poluição.
560 Qualquer variação na concentração de oxigênio na própria comunidade bentônica eles
561 desaparecem. Eles estão mais preservados e mais localizados nas áreas de reflorestamento
562 com APP. Os resultados do índice de integridade ambiental que avaliam as áreas de entorno
563 mostram que a vegetação ripária tem um papel crucial na estabilização da água, da
564 manutenção da biota aquática. Ela estabiliza as margens, impede o carreamento de
565 substâncias para dentro do rio. Daí a importância da manutenção das APPs e das áreas de
566 reserva legal dentro das áreas de plantio de eucalipto. Insiste na importância das áreas de
567 APP dentro das áreas de reflorestamento para conservação da qualidade da água. Diz que
568 estudos como esse é que dão subsídio para analisar com mais segurança as alterações que
569 estão acontecendo. Esses estudos de biomonitoramento usando macroinvertebrados porque as
570 variáveis biológicas dão respostas mais efetivas do que só avaliação física e química. Fala-
571 se na ecologia que a avaliação física e química é como se fosse um retrato do que aconteceu
572 ali naquela hora, naquele momento. A avaliação dos macroinvertebrados ou de alguma
573 comunidade biológica é como se fosse um filme que se vai acompanhando. Ele dá respostas
574 a longo prazo. O organismo vai-se modificando junto com o ambiente. Esse estudo traz
575 dados confiáveis para aprimoramento dos planos de manejo das áreas de reflorestamento. E
576 é isso que o estudo vem propor: melhorar o plano de manejo dessas áreas reflorestadas.
577 **Clésio Cândido Amaral**, Superintendente da SUPRAM NM, agradece a Professora pela
578 apresentação. Diz que gostaria de abrir para esclarecer dúvidas, se houver. O objetivo é
579 esse. Diz que foram apresentados três anos de monitoramento, não só físico-químico, mas
580 também biológico, de comunidades em áreas de bacias diferentes. Entende que é
581 oportunidade que se tem para iniciar essa discussão e está aberto para perguntas. O
582 **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da FAEMG, cumprimenta a Professora pelo
583 excelente trabalho realizado e diz que quer dar um depoimento. Não só é preciso fazer esse
584 tipo de trabalho, mas é preciso ter também, e aí é um trabalho da SUPRAM, o
585 acompanhamento do *modus operandi* do que está ocorrendo na silvicultura ou mesmo na
586 agropecuária. Diz que fala isso porque começou a trabalhar em 1979 numa silvicultura,
587 implantação de reflorestamento na bacia do rio Formoso em Buritizeiro. Diz que o IBAMA
588 foi criado em 1976. O Fiset Reflorestamento, Fundo Setorial para Investimento em
589 Silvicultura foi criado em 1976. Diz que, em 1979, ele trabalhando lá criou obstáculo a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

590 colocar oito toneladas de um clorato Aldrin 40% PM que se usava no reflorestamento
591 naquela época. Oito toneladas de Aldrin num solo extremamente poroso que iria infiltrar-
592 se, oito quilos de Aldrin por hectare. Diz que foi um susto imenso na empresa e no próprio
593 IBAMA. Alegavam que o IBAMA tinha aprovado o projeto e tinha que ser assim. Dizia
594 que não faria assim. Explica que usavam o Aldrin com aquela especificação, pó seco, para
595 matar cupim. Diz que percorreu durante uma semana com seis funcionários para achar o tal
596 do cupim e não achou nenhum cupim. Só existia cupim arborícola. Ao tirar a árvore,
597 acabou-se o cupim arborícola. Diz que é uma questão de consciência de cada técnico Crê
598 que o trabalho deve acompanhar o que as pessoas estão fazendo para que se tenham esses
599 dados para não se ter no futuro um problema maior. Mais uma vez cumprimenta a
600 Professora pelo excelente trabalho. O **Conselheiro João do Carmo**, do Instituto Tabuas,
601 questiona por quem foi encomendada essa pesquisa. A **Professora Alice Carneiro** diz que
602 foi pela FEAM. **Clésio Cândido Amaral** diz que foi para cumprir condicionante de
603 licenciamento da SUPRAM Jequitinhonha. A condicionante falava de 90 dias de
604 monitoramento e a empresa propôs, se não se engana, dois anos, Pede que Alexandre
605 esclareça. Diz que está falando porque era Presidente da SUPRAM e via esse projeto lá.
606 **Alexandre** diz que representa a APERAM BioEnergia. Esclarece que o estudo foi uma
607 condicionante na revalidação de uma licença de operação da empresa. Esse estudo previa
608 um prazo de seis meses para execução, 180 dias. Discutiu-se com o órgão ambiental à
609 época que não seria possível fazer um estudo de impacto da silvicultura nas áreas da bacia
610 do Jequitinhonha, preferencialmente naquela em que a empresa estava inserida porque em
611 seis meses não se consegue essa gama de dados, estação seca, estação chuvosa, etc. Foi
612 então ampliado o prazo para 24 meses e o estudo continua nas áreas da empresa. Apesar de
613 se já ter finalizado o documento para o órgão ambiental, ter-se apresentado na URC, porque
614 uma das condicionantes era não só realizar como retornar com os resultados à URC, a
615 empresa continua com os estudos junto à UniLeste com as professoras Alice e Gabriela. O
616 **Conselheiro João do Carmo**, do Instituto Tabuas, observa que isso começou a ser
617 implantado na área no começo dos anos 70 e todos sabem da situação da época e o que o
618 governo fez com os proprietários de terra para que o eucalipto pudesse ser plantado, dando
619 as terras praticamente de graça para se plantar eucalipto. De 70 para cá já se passaram 50
620 anos. Fica pensando se lá em Itamarandiba e Padre Carvalho onde 70% da área é eucalipto,
621 se esse eucalipto não está impactando a vazão do rio. Diz que teve uma pesquisa no plano
622 de bacia do rio Verde Grande sobre a poluição do Verde Grande, porque o Verde Grande
623 tinha o dado de que o rio Vieira que é o segundo maior poluidor do São Francisco depois
624 do Rio das Velhas. Tinha-se uma população de 300 mil habitantes e Belo Horizonte tinha 3
625 milhões de habitantes. Questiona por que o rio Vieira teria tanto impacto no São Francisco
626 quanto o Rio das Velhas. Diz que essa pesquisa existe. Está no Plano de Bacia do Rio
627 Verde Grande. Traz um dado que um pouco contrário ao dessa pesquisa, de que é no
628 período das águas que a poluição orgânica é maior, porque os sedimentos são levados para
629 os rios, não na seca. Mesmo o rio tendo essa vazão, essa força da água para levar esse
630 sedimento, mesmo assim a pesquisa detectou que é nas águas que o índice dessa poluição é
631 maior, inclusive de agrotóxico. Diz que são essas duas questões: por que essas pesquisas
632 trazem esses dados diferentes, se o sedimento orgânico é na seca como essa pesquisa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

633 trouxe, e a outra traz que essa poluição é nas águas. Outra questão é: por que o eucalipto
634 não impacta essas águas desses dois rios. A **Professora Alice Carneiro**, do Centro
635 Universitário do Leste de Minas Gerais, respondendo à questão do eucalipto, diz que se tem
636 que pensar o seguinte: toda e qualquer atividade humana, seja ela a mais simples, ela causa
637 dano, impacto ambiental no seu entorno. Não se está falando em nenhum momento que as
638 atividades humanas que estão sendo desenvolvidas não causam dano ambiental. Isso não é
639 resultado do estudo. O que se viu e se percebeu é que as áreas de APP dentro das áreas de
640 eucalipto trazem menor degradação. Isso foi detectado principalmente pela presença de
641 organismos que são sensíveis à poluição. Qualquer grau de poluição que estivesse
642 chegando à corpo d'água, esses organismos, que são macroinvertebrados bentônicos, que se
643 chama de *ept - ephemeroptera, plecoptera, trichoptera*, eles não apareceriam. Frisa que um
644 resultado importante foi isso: a relevância e a importância do papel da APP nas áreas de
645 eucalipto. O **Conselheiro João do Carmo**, do Instituto Tabuas, diz que o conhecimento e a
646 informação que se tem é que o eucalipto realmente traz danos para a vazão dos rios. Diz
647 que conhece muitos rios com o eucalipto acabou aqui perto de Montes Claros. Observa que
648 nesses dois rios não aconteceu isso. Gostaria de saber como a pesquisa chegou nesse ponto
649 desse eucalipto, que é uma área tão grande de plantio em Itamarandiba, e os rios
650 conseguiram sobreviver diante dessa força do eucalipto. A **Professora Alice Carneiro** diz
651 que volta a sua resposta anterior. A legislação prevê uma APP. Estabelece um limite
652 mínimo de APP que é 50 metros nas margens dos cursos d'água. O estudo, durante esses
653 três anos, mostrou que há influência muito significativa dessa área de APP para suportar
654 essa vegetação do entorno. Diz que outra questão importante, quando se fala de silvicultura,
655 é a questão de que se está falando de floresta. Estudos que contaram áreas de
656 reflorestamento de eucalipto, pastagem e urbanização, têm mostrado dados diferentes em
657 relação a esse impacto. Existem diferentes graus de impacto dependendo do uso e ocupação
658 da bacia de drenagem. Essa é uma investigação que está sendo feita. Inclusive esse estudo
659 comparou essa duas áreas, áreas de ocupação humana e áreas de silvicultura com APP.
660 Quanto à segunda pergunta, que está relacionada a vazão e a poluição em época de chuva,
661 ela está muito relacionada com grandes áreas de ocupação humana, porque se tem muito
662 lançamento de esgoto. Nessa área especificamente do Capivari não é uma cidade, como
663 falou no início do estudo. São áreas deflorestadas. Tem-se a seca, Essa seca gera aumento
664 de matéria orgânica, aumento de sólidos suspensos e aumento da turbidez, o que afeta
665 consequentemente a concentração de oxigênio, porque a degradação de matéria orgânica
666 vai consumir oxigênio da água. **Clésio Cândido Amaral**, Superintendente da SUPRAM,
667 pede que se organizem pela ordem porque Dr. Daniel quer falar, depois Dr. Lindon, depois
668 Juvenal. O **Conselheiro Daniel Piovanelli**, representante do Ministério Público, diz que
669 precisa fazer uma pergunta antes e se manifestar. Pede que a Professora informe se há
670 algum tipo de avaliação do lençol freático ou se foi todo do curso hídrico superficial. A
671 **Professora Alice** diz que são riachos mesmo. Os pontos 1 Santo Antônio e Capivari são de
672 menor ordem. Os pontos 2, Santo Antônio 2 e Capivari 2 são maior ordem, Tem-se pontos
673 a montante, mais próximos da cabeceira e pontos a jusante. O **Conselheiro Daniel**
674 **Piovanelli**, representante do Ministério Público, voltando a sua fala, diz que já trouxe aqui
675 essa questão do eucalipto, questão em que o estado tem que avançar do ponto de vista de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

676 estudo, porque ha uma certa cegueira, deliberada ou não, seja do estado seja do setor
677 empresarial em relação ao dano ou não praticado pelo eucalipto nessas áreas. Cita como
678 exemplo o estudo de 1990, salvo engano, de um professor muito conhecido, Walter Lima,
679 que fez estudo em Grão Mogol a respeito da hiperexploração do eucalipto em relação à
680 vegetação de savana, nosso cerrado. E chegou ao dado de 215mm a mais ano na plantação
681 de eucalipto do que no cerrado. Ele chega também a outras conclusões que se tem que
682 começar a lançar. O problema talvez não seja a exploração a m,ais, talvez seja o mau
683 manejo sustentável que é feito nessas áreas. Se já se sabe que há esse consumo de mais
684 215mm/ano em relação à plantação, pergunta por que não fazer o manejo do eucalipto de
685 forma que ele dê suporte ao solo para que ele sustente esses 215mm a mais de água que são
686 demandados em relação à savana e cerrado. Entende que se tem que sair um pouco desse
687 buraco em formação em que se acabou se enfiando tanto o estado como o setor empresarial
688 e começar a bater de frente. Diz que cita especificamente esse estudo porque ele é muito
689 interessante. Foi por esse Professor e foi custeado, salvo engano, por uma empresa na
690 ocasião, salvo engano a Rio Manganês, ou algo do tipo, que participou do estudo. È uma
691 estudo em que uma empresa custeia e participa e chega à conclusão de que, do ponto de
692 vista primário, alguém poder ia questionar que é deletério ao meio ambiente, mas chega
693 também a outra conclusão, fazer um manejo que dê suporte para uma exploração de mais
694 215mm/ano do ponto de vista do consumo hídrico para o solo de Grão Mogol. Crê que se
695 tem que começar a avaliar na resposta e acha que talvez a SUPRAM e, mais que a
696 SUPRAM, o COPAM está num lugar muito favorável para isso, a SEMAD com toda a
697 equipe técnica que tem para começar a avançar de uma forma a analisar as licenças
698 ambientais, mais que a licenças, porque se tem plantações de 1970 em diante, nas
699 revalidações de licença, para uma linha de avaliação de manejo sustentável, que leve em
700 consideração essa exploração superior do eucalipto em relação a outros tipos de vegetação
701 nativa. Talvez seja essa a grande questão, discussão que se deva começar a pontuar. Não é
702 ficar batendo se o eucalipto é bom ou ruim. Há milhões de pessoas que vivem disso. Há
703 toda uma indústria que é sustentada por isso. A questão é como manter o eucalipto e, ao
704 mesmo tempo, manter a capacidade de regeneração do próprio solo onde ele é plantado.
705 Talvez isso seja a resposta que se esteja procurando. A todo momento vê uma dificuldade
706 muito grande para se chegar a essa questão. Uma coisa tão simples, chegar a essa questão.
707 E, a partir disso, chegar a uma resposta, nem que seja em caso pontual, pegando algum
708 processo que tenha alguma revalidação de licença de plantio de eucalipto que se tenha aqui
709 para se fazer essa análise: qual seria o manejo sustentável adequado para uma área aqui em
710 Grão Mogol ou em Francisco Sá ou onde quer que seja aqui na região que vá dar suporte
711 para sustentar esse 215mm/ano a mais de consumo de eucalipto em relação a qualquer outra
712 vegetação nativa do cerrado. Talvez seja essa a resposta que se tenha de começar a cogitar.
713 Pede perdão pela delonga e agradece a oitiva. A **Professora Alice Carneiro** diz que quer
714 complementar a fala e agradecer. Na verdade, o objetivo desses estudos é dar subsídio
715 técnico-científico para o plano de manejo. Os estudos vêm para isso: os dados são esses,
716 está acontecendo isso eu que se vai fazer a partir desses dados. O objetivo é sempre esse: os
717 dados científicos, técnicos servindo de subsídio para melhorar plano de manejo. E não se
718 tem como fazer isso a curto prazo. Tem-se que pensar nisso. Foi um prazo de 180 dias, um



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

719 ano, dois anos, três anos de monitoramento e esses dados técnico-científicos vão servir de
720 subsídio a partir do momento em que eles tenham uma série temporal significativa para
721 explicar esses dados. O **Conselheiro Lindon Batista**, representante da FETAEMG, diz que
722 a Professora Alice acaba de ver que não está no país das maravilhas. Parabeniza pela
723 apresentação. Diz que foi Professor universitário por muito tempo, fez muitas tarefas, e a
724 pior coisa para o palestrante é quando ao final pergunta: “Alguma dúvida?” E ninguém fala
725 nada. Mas aqui foram tantas dúvidas que a Professora vai ver que os debates vão ser
726 maiores que sua exposição. Diz que ela foi muito limitada. Parabeniza pelo que alcançou e
727 vai falar porquê. Diz que, no que tange ao eucalipto, existe ainda o mito que a gente
728 desconhece. O povo ali na rua fala que ela é uma árvore, que sua raiz cresce para baixo
729 tanto quanto cresce para cima; que toda água que cai ali ele bebe, bebe, parece que está
730 morrendo de sede; existe um mito na internet de alguém que corta um eucalipto, depois
731 espreme e pinga água como se se estivesse torcendo uma toalha molhada. E aí vem o que o
732 Promotor falou e que a Professora completou, a questão do manejo. Diz que não é o mais
733 velho da sala mas já está caminhando para lá. O Professor Juvenal está ali e sempre o
734 antecede em tudo. Diz que o eucalipto de outrora aqui no Norte de Minas, não os
735 carregadores internos dos talhões, mas aquele entorno, os aceiros são de 10, 12, 15 metros de
736 distância dependendo do perigo de fogo, eram feitos com grade, até pouco tempo atrás, era
737 gradeado e aquela terra ficava frouxa, e toda terra frouxa a gente sabe para onde ela vai
738 fazer assoreamento. Hoje não se faz mais uso da grade, evidentemente proibido, faz-se
739 aquela limpeza com a patrol e pouco afrouxa a terra. Lá naqueles carregadores internos
740 também se exigem aquelas pequenas ondulações com pequenas bacias de contenção para
741 que a água fique afixada ali e não corra velozmente. São técnicas de manejo que estão
742 sendo adotadas e vão fazendo com mostre que o eucalipto não é aquele monstro que se
743 pregava. E ele tem uma função socioambiental muito bacana. Diz que conhece, e pode
744 levar lá e mostrar, um terreno tão degradado quanto esta sala e onde não nascia nem
745 braquária nem andropogon que são os capins mais bravos, mais atrevidos, e lá nasceu
746 eucalipto que produz uma massa de folha que perde muito grande e que está ali e a se sabe
747 que vai transformar-se depois em nitrogênio, parece, se não em outro produto. Diz que o
748 ensinamento da Professora foi interessante porque veio falar também em qualidade. Só se
749 ouve falar da quantidade de água que perde. E aí acabou brindando com a fala inicial,
750 aquela briga acadêmica do João com Juvenal. Diz a Juvenal que o grande, ele produz e
751 preserva e, a João, que ele só produz e preserva por causa do arcabouço de leis que se tem.
752 Não fosse assim se estaria igual a um tempo atrás. As grandes empresas que se tem aqui são
753 testemunhas vivas disso. Quanto ao tempo do estudo, não acha que foi pequeno, foi ínfimo.
754 Três anos para uma questão ambiental não é nada. O meio ambiente é cíclico. Ouve-se falar
755 de coisa que ocorrem aqui há 100 anos, há 70, há 20. Estamos vivendo agora no Nortão de
756 Minas uma seca brava, e quem sabe muito bem disso é o Professor Demicheli pois todo ano
757 a EMATER fala que vai mudar no ano que vem e não muda. Pede que o ajudem a se faça a
758 coisa mudar E a coisa só vai normalizar depois que as chuvas regularizarem. Questiona se
759 chuva regular é quantitativamente ou distribuição no tempo. Diz que em sua fazenda tem
760 hora que falam que choveu 30mm. Ele diz que retruca que choveu 10mm e Deus vai
761 distribuir o resto ao longo de mais 60 dias. Quando se fala em três anos para se fazer um



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

762 estudo dessa natureza, considera o tempo mínimo. Não se pegou a chuva que o João falou,
763 o período secou que se falou. Sobre a questão ambiental, quando se fala em mudar nossos
764 hábitos nossos costumes, faz-se de conta que essa mesa é um rio e questiona o que é do ser
765 humano, meu seu, de todo mundo. refere-se ao lixo doméstico: em todo prédio se tem
766 aquele portão social e a garagem do lado. Questiona onde se põe a lixwira. Diz que é lá na
767 divisa com o vizinho, Desafia qualquer um a dizer que na sua casa a lixeira é defronte a seu
768 portão principal. Diz que é do ser humano pegar o gato morto e jogar no quintal do vizinho.
769 Hoje o vizinho devolve, chama a PM e faz uma ocorrência. Assim são os rios. Se o rio
770 corre da esquerda para a direita, o nosso lixo que não nos interessa a joga a jusante e o que
771 se quer pega-se a montante, é a captação de água para fazer até em queda livre. esquece-se
772 também de avaliar que a nosso montante tem alguém que nos tem a jusante, e pode ter
773 poluído lá. É o caso dos rios Tietê e Pinheiros em São Paulo. Eles são mais poluídos abaixo
774 do que acima, é obvio. Assim é o nosso Vieira em Montes Claros. Recebe-se o bom e
775 netrega-se o resto para o resto que não somos nós. Precisa-se acabar com essa prática.
776 Precisa-se aprender a coletar aqui e devolver tal qual muitas empresas fazem e elas se
777 gabam disso, a água que foi industrializada foi tratada e reintroduzida no meio ambiente
778 com um mínimo de utilidade. Diz que viu um projeto e gostaria que os estudiosos
779 defendessem essa teoria. Diz que foi na cidade de Arcos ou de Formiga que um prefeito
780 maluco, visionário, todo visionário é tido como maluco, criou uma lei que todo mundo que
781 fizesse um prédio urbano, uma casa, e que fosse fazer um desvio da água pluvial, que não
782 fosse deixá-la cair no solo, teria que fazer uma caixa de retenção provisória. recendo Não
783 uma coisa com cimento para a água ficar acumulando, apodrecendo. É uma caixa de
784 retenção, caixa de infiltração, o nome é esse. Não dá para fazer numa cidade velha, mas nas
785 novas construções que vão buscar uma licença para construção ou um habite-se. Tem que
786 ter uma caixa de infiltração provisória. Se nesta rua houvesse 200 caixas de infiltração não
787 haveria água chegando ali e ela ficaria permeando as nascentes. Diz que estudo da
788 Professora é bacana, está de parabéns. Pena que tenha sido feito em pouco espaço de
789 tempo. Três anos para ee não é nada. Mas foi bom falar da qualidade da água das florestas
790 de silvicultura. Só se fala em quantidade. Ficou feliz em saber que o empresário, grande
791 empreendedor está preocupado mais com a qualidade que os pequenos. Dá os parabéns. O
792 **Conselheiro Juvenal Mendes de Oliveira**, da FAEMG, diz que, como já deu testemunho
793 que não usou oito toneladas de clorado nas margens do rio Formoso, vai dar outro
794 testemunho que tem a ver com isso aqui. Em 1982, na barragem de Santa Marta, subindo a
795 serra de Francisco Sá, foi implantado ali um reflorestamento e os aceiros eram feitos com
796 lâmina de patola e ele percebeu que aquilo iria cair dentro da represa Santa Marta.
797 Procurou o Superintendente da CEMIG. Foi primeiro ao responsável pelo reflorestamento e
798 disse que aquilo estava errado, não dava para fazer aquela movimentação de areia que iria
799 cair toda na barragem Santa Marta. Por telefone marcou com a CEMIG uma vez, duas
800 vezes e não tomaram providência. Na terceira vez fez uma premonição de que em 10 anos a
801 barragem Santa Marta estaria assoreada totalmente. Não demorou os 10 anos. Demorou
802 oito anos e eles perderam todo o maquinário, todas as turbinas. É fato, é realidade, E o
803 reflorestamento que ficou ali, da Itapeva, subindo a serra de Francisco Sá, que foi cortado
804 com 22 anos de idade, e depois veio o problema do volume que era muito grande. O



805 trabalho da Professora não realiza quantidade de água, mas a qualidade. A qualidade fica e
806 não é pouco tempo não. Diz que vai discordar, porque o efeito residual fica na terra e na
807 água. Por isso não usou aquelas oito toneladas de Aldrin nas margens do Formoso. Por isso
808 p reflorestamento está pagando pelo preparo do solo, por esses aceiros sendo patrolados,
809 onde carrega toda a terra para dentro dos leitos dos rios, assoreia e mata os rios. Frisa que
810 é modo de fazer. Como Dr. Daniel diz, sobre o trabalho do professor que dá 215mm a
811 mais, a árvore tem uma necessidade fisiológica. Uma podem consumir mais, outras menos.
812 No reflorestamento, no estudo desse Professor, é lógico que vai ocorrer um consumo maior,
813 porque ele tira de um cerrado espaço e coloca 1.667 em espaçamento 3x2 um
814 reflorestamento de eucalipto. É lógico que, havendo mais indivíduos, mais árvores, vai
815 consumir mais água. Para responder ao Conselheiro João, o reflorestamento não vai prender
816 muito água. Uma árvore é uma árvore como outra qualquer. Uma árvore só absorve a água,
817 para quem estudou um pouquinho de fisiologia vegetal, ela só absorve a água necessária a
818 sua função fisiológica, assim como nós humanos não podemos beber 30 litros de água ou
819 morremos afogados, a árvore não absorve isso, ela não é bomba. As raízes só conseguem
820 absorver a necessidade da planta. Diz que o Deputado Carlos Pimenta está malhando nas
821 câmaras da Assembleia Legislativa contra o reflorestamento, que é uma atividade
822 econômica, social, indispensável ao Norte de Minas porque em qualquer propriedade, que
823 seja de um sem-terra, que seja de uma agricultura familiar, que seja de uma grande
824 empresa, todos, e aqui na cidade todas as casas utilizando madeira de eucalipto. E madeira
825 de eucalipto está sendo exportada nos melhores móveis para a Inglaterra que antes
826 importava a nossa madeira de qualidade. Diz que dá esse testemunho porque o trabalho é
827 muito, mesmo em pouco tempo. Mas o efeito residual permanece e isso permanece. Isso
828 tem que ser feito mais vezes para frente para monitorar. **Clésio Cândido Amaral**,
829 Superintendente da SUPRAM agradece à Professora, ao Alexandre, da APEIRAM. Diz que
830 a discussão não para aqui, Se alguém tiver contatos, se alguém puder falar sobre tipos de
831 manejo para área florestada. Está-se falando de áreas de poucas árvores, de muitas árvores,
832 se é possível comparar o consumo de água, como se dá isso, para se poder avançar na
833 discussão, até para, futuramente, o órgão ambiental ter parâmetros para estabelecer outro
834 tipo de condicionante em revalidação de licença, Quem tiver pode passar e-mail para a
835 SUPRAM fazer os contatos. Vai tentar para a próxima reunião que é a última, de dezembro.
836 Acha que se deve continuar isso até se ter material técnico suficiente para talvez mandar
837 para a SEMAD e apresentar isso talvez como uma futura proposta de condicionante de
838 monitoramento. Agradece a presença de todos e passa ao Presidente para fazer o
839 encerramento. O **Presidente** agradece a presença de todos na reunião. Agradece à
840 Professora por ter apresentado o trabalho, ter trazido os pontos para discussão e como diz
841 Clésio, tem-se que avançar nisso para que se possa fazer algo de fato para poder conviver
842 com a situação de mudanças climáticas que são muito sérias. Deseja boa tarde e agradece

8. Encerramento.

844 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual foi
845 lavrada a presente ata.

846 Esta é a síntese da reunião do dia 08 de outubro de 2019.

847